

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/3

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PREVENÇÃO, PARA O ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, CONFORME SOLICITAÇÕES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, PARA OFERTA A SERVIDORES LOTADOS EM SUAS DIVISÕES E REPARTIÇÕES PÚBLICAS

Processo Adm. nº: 62/2020 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NÃO HAVERÁ
Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO
Local de Entrega: DEPARTAMENTO DE SAÚDE -
Urgência: IMEDIATA
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
191	09.01.2.901.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	3.3.90.30.28.00.00.00.00	39.000,00
	Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)			
265	09.02.2.903.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.3.90.30.22.00.00.00.00	300,00
	Fonte de Recurso : 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
266	09.02.2.903.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.3.90.30.11.00.00.00.00	700,00
	Fonte de Recurso : 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)			
278	10.01.2.101.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EDUCAÇÃO	3.3.90.30.22.00.00.00.00	4.000,00
	Fonte de Recurso : 1104 - 25% Sobre Demais Impostos Vinculados à Educação			
344	10.05.2.107.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA CRECHE ANTONIO MONTEIRO	3.3.90.30.22.00.00.00.00	3.000,00
	Fonte de Recurso : 1104 - 25% Sobre Demais Impostos Vinculados à Educação			
353	10.06.2.108.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	3.3.90.30.22.00.00.00.00	3.000,00
	Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)			
			Total previsto:	50.000,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	200,000	UND	MASCARA SEMIFACIAL - DESCARTAVEL - CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM ELEMENTO FILTRANTE - MODELO: PFF2 COM VALVULA (19-14-0032)	28,0000	5.600,00
2	40,000	UND	PROTETOR FACIAL EM ACRILICO - INCOLOR - AJUSTAVEL E ARTICULAVEL - COMPRIMENTO: 200mm (19-14-0033)	63,8400	2.553,60

Inajá, 26 de Junho de 2020.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 086 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 2/3

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
3	40,000	UND	MACACAO EM TYVEC - COR BRANCA - COM CAPUZ - TAMANHOS: P ao GG (19-14-0034)	75,2000	3.008,00
4	5,000	UND	TERMOMETRO INFRAVERMELHO - EM PLASTICO - FAIXA DE MEDICAO DE TEMPERATURA: -50 a 120°C - TIPO PISTOLA (43-02-0001)	296,0000	1.480,00
5	45,000	PCT	ALCOOL ETILICO HIDRATADO - TEOR: 70% - APRESENTACAO: LIQUIDO - 5000ml - 2 UNIDADES (01-10-0204)	80,0000	3.600,00
6	200,000	FR	ALCOOL ETILICO - TEOR: 70% - FORMA FARMACEUTICA: GEL - 500ml (01-10-0205)	24,0000	4.800,00
7	5,000	UND	OXIMETRO PULSO - TAMANHO ADULTO - TIPO: DEDO (43-02-0002)	109,9200	549,60
8	50,000	CX	LUVA PROCEDIMENTO - TAMANHO MEDIO - ATOXICA - MATERIAL: LATEX NATURAL INTEGRO E UNIFORME - DESCARTAVEL - TIPO: AMBIDESTRA - ANATOMICA - 100 UNIDADES (19-14-0035)	49,6000	2.480,00
9	1000,000	UND	SORO FISIOLÓGICO 0,9% BOLSA - 100ml (01-12-0007)	2,9920	2.992,00
10	1000,000	UND	SORO FISIOLÓGICO 0,9% BOLSA - 250ml (01-12-0008)	3,2800	3.280,00
11	1000,000	UND	SORO FISIOLÓGICO 0,9% BOLSA - 500ml (01-12-0009)	4,0000	4.000,00
12	1000,000	UND	SORO FISIOLÓGICO 0,9% BOLSA - 1000ml (01-12-0010)	5,6320	5.632,00
13	2,000	UND	TERMOMETRO DIGITAL - LASER - COM MEDICAO ATRAVES DO OUVIDO (43-02-0003)	477,7000	955,40
14	10,000	GL	HIPOCLORITO DE SODIO 1% 5000ml (01-12-0011)	22,9500	229,50
15	10,000	CX	LUVA PROCEDIMENTO - TAMANHO GRANDE - 100 UNIDADES (19-14-0036)	63,4100	634,10
16	10,000	CX	LUVA PROCEDIMENTO - LATEX - TAMANHO PEQUENO - 100 UNIDADES (19-19-0067)	63,4100	634,10
17	10,000	CX	LUVA PROCEDIMENTO - TAMANHO EXTRA PEQUENO - ATOXICA - AMBIDESTRA - DESCARTAVEL - FORMATO ANATOMICO - 100 UNIDADES (19-14-0037)	63,4100	634,10
18	10,000	PCT	MASCARA DESCARTAVEL DUPLA - COM ELASTICO - 50 UNIDADES (19-14-0038)	102,0000	1.020,00
19	5,000	GL	SABONETE LIQUIDO - 5000ml (19-14-0039)	33,6260	168,13
20	15,000	GL	ALCOOL ETILICO HIDRATADO - APRESENTACAO: GEL - TEOR: 70% - 5000ml (19-14-0040)	127,5000	1.912,50
21	80,000	UND	AVENTAL MANGA LONGA - COR AZUL - GRAMATURA: 40 (19-14-0041)	12,7500	1.020,00
22	10,000	PCT	PAPEL TOALHA - MEDIDAS: 20 x 21cm - 1000 FOLHAS (19-14-0042)	10,3700	103,70
23	10,000	UND	PORTA PAPEL TOALHA - INTERFOLHAS - EM ACRILICO - TIPO DE FIXACAO: PAREDE - APLICACAO: BANHEIRO (29-07-0042)	26,4700	264,70
24	10,000	UND	SABONETEIRA COM BOTAO - RESERVATORIO COM TAMPA - MEDIDAS: ALTURA: 200mm - LARGURA: 110mm E PROFUNDIDADE: 110mm - 800ml (01-10-0203)	25,5000	255,00
Total Geral ----->				1.771,5600	47.806,43

Inajá, 26 de Junho de 2020.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 081 / VISTO

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 26 de Junho de 2020.


.....
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 62/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 26 de Junho de 2020.

CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Folha: 1/1

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 62/2020
B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NAO HAVERA
E - Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO
F - Local de Entrega: DEPARTAMENTO DE SAÚDE
G - Urgência: IMEDIATA
H - Vigência: 12 MESES
I - Objeto da Licitação: AQUISICAO DE MATERIAIS DE PREVENCAO, PARA O ENFRENTAMENTO A EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA, DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL, DECORRENTE DO CORONAVIRUS, CONFORME SOLICITACOES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE EDUCACAO E SAUDE, PARA OFERTA A SERVIDORES LOTADOS EM SUAS DIVISOES E REPARTICOES PUBLICAS

J - Observações:

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
191	09.01.2.901.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAM	3.3.90.30.28.00.00.00	39.000,00
	Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)			
265	09.02.2.903.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁF	3.3.90.30.22.00.00.00	300,00
	Fonte de Recurso : 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de			
266	09.02.2.903.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁF	3.3.90.30.11.00.00.00	700,00
	Fonte de Recurso : 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)			
278	10.01.2.101.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇ	3.3.90.30.22.00.00.00	4.000,00
	Fonte de Recurso : 1104 - 25% Sobre Demais Impostos Vinculados à Educação			
344	10.05.2.107.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DA CRECHE ANTONIO MONTEIRO	3.3.90.30.22.00.00.00	3.000,00
	Fonte de Recurso : 1104 - 25% Sobre Demais Impostos Vinculados à Educação			
353	10.06.2.108.3.3.90.30.00.00.00.00	MANUTENÇÃO D BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	3.3.90.30.22.00.00.00	3.000,00
	Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)			
			Total Previsto :	50.000,00

Inajá, 26 de Junho de 2020.

Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPE: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 087

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Em 26 de junho de 2020.

A Excelentíssima Sra.,
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Aquisição de materiais para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus, com equipamentos para uso pelos servidores lotados nos Departamentos Municipais de Educação e Saúde, na adoção de medidas explícitas em Decretos Municipais, em atenção as normas de procedimento e segurança e em conformidade com o solicitado pelos referidos.
- Com vistas a realização do processo, conforme valores detalhados e pesquisas de preços efetuadas por esta Divisão, em caráter de urgência, pela situação atual de risco, solicito Parecer Jurídico com análise do processo e atendimento as demandas.

Atenciosamente,



Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefex (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Contratação direta, por dispensa de licitação, de aquisição de EPI's e outros bens para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

I - RELATÓRIO

Por despacho da Comissão Permanente de Licitação, dando prosseguimento ao trâmite processual, foi encaminhado a este órgão de assessoramento jurídico o presente processo para análise da contratação direta, por dispensa de licitação, de EPI's e outros bens para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme art. 4º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Pretende-se a contratação de Álcool em gel, mascaras, tocas, luvas, aventais, óculos de proteção hospitalar entre outros.

Preliminarmente, oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública, ainda com mais rigidez em se tratando de contratação direta, exceção à regra da licitação.

Dito isso, passa-se a análise do processo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Da dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus

1



A Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária, aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação.

Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

Com isso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível.

Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Uma das medidas previstas no mencionado diploma legal é a excepcional hipótese de contratação de bens, serviços e insumos sem licitação, nos casos em que o objeto contratado tiver como finalidade o combate ao coronavírus.

O art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, prevê que a licitação é dispensável nesses casos com o seguinte texto:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Trata-se de hipótese de contratação direta temporária e destinada a uma política de saúde pública específica, o enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus.

Passado todo esse contexto de combate à transmissibilidade do referido vírus, esse caso de dispensa de licitação não poderá mais ser aplicado. Ou seja, o art. 4º acima transcrito é uma norma de vigência temporária, nos termos do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Sua vigência está vinculada ao estado de emergência decorrente do coronavírus. Na presente situação, ainda vigora atualmente a mencionada situação de urgência, de modo que a norma acima transcrita ainda se encontra vigente, motivo pelo qual a Administração pode seguir seus preceitos e contratar sem licitação.

É lícito dizer que a aplicação escoreita da contratação direta em análise exige a presença de alguns requisitos de ordem temporal, material e procedimental (formal).

Quanto ao temporal, é a já mencionada emergência em decorrência do coronavírus.

Os requisitos procedimentais serão analisados no tópico seguinte, pelo que passamos à análise dos requisitos materiais.

A exigências de ordem material dizem respeito à configuração dos fatos geradores da dispensa prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020. Os elementos que caracterizam tais fatos geradores foram listados no art. 4º-B do mesmo diploma legal, que diz:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefex (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Assim, para a incidência da hipótese de contratação direta em estudo, é preciso que:

a) vigore a emergência de combate ao coronavírus (temporal); b) haja necessidade de atendimento imediato para o enfrentamento do vírus; c) estejam em risco em decorrência do coronavírus pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e d) limitação da contratação ao necessário para o atendimento da emergência.

Embora a norma transcrita fale que esses elementos são presumidos, deve o gestor tomar o cuidado de expor nos autos cada um desses requisitos. Assim, para possibilitar a identificação de tais requisitos, a justificativa simplificada juntada aos autos deverá responder aos seguintes questionamentos: a) A Lei 13.979/20 está em vigor? b) Porque o insumo ou serviço que se pretende contratar é no contexto da contenção da crise? c) Que riscos a falta do insumo ou serviço que se pretende contratar trará a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, no contexto da contenção da crise? d) A contratação, considerando o quantitativo e o prazo do contrato, conforme o caso, está limitada à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência?

Dos requisitos procedimentais da dispensa e da instrução do processo

A Lei nº 13.979, de 2020, é um diploma específico e destinado ao enfrentamento de uma situação temporária e excepcional.

Desse modo, sua aplicação ocorre nas situações extraordinárias destinadas ao combate ao coronavírus e sua interpretação deve sempre estar focada nessa finalidade, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefex (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

modo que eventuais entraves legais ao enfrentamento da pandemia atualmente vivida devem ser superados sob pena de um mal maior à saúde da população brasileira.

Focada nesse intuito de atender às demandas de combate à transmissibilidade do coronavírus, assim como aos efeitos da doença COVID-19, a Lei nº 13.979, de 2020, simplificou consideravelmente o procedimento de contratação, afastando, total ou parcialmente, a aplicação de alguns institutos exigidos pelo regime geral de contratação pública, previsto na Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, no aspecto procedimental, deve-se recorrer à Lei nº 8.666, de 1993, nas contratações por dispensa de licitação destinadas ao enfrentamento do coronavírus apenas naquilo que não conflite, expressa ou implicitamente, com o procedimento e com a finalidade premente de proteção da saúde, previstos na Lei nº 13.979, de 2020.

Nessa linha, apontamos que a Lei de Combate ao Coronavírus expressamente simplifica o procedimento de contratação por dispensa de licitação nos seguintes pontos: a. Dispensa da elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns (art. 4º-C); b. O gerenciamento de risco não é exigido na fase da contratação, mas apenas na execução do contrato (art. 4º-D); c. Aceitação de projeto básico simplificado, o qual contenha os elementos previstos no art. 4-E, § 1º da Lei em comento; d. Possibilidade de, excepcionalmente, o gestor dispensar, mediante justificativa, a estimativa de preço exigida pelo § 1º, inciso VI, do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020; e e. Dispensa da apresentação dos documentos relativos à habilitação, excepcionalmente e mediante justificativa, nas situações em que houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, ressalvadas as habilitações relativas à regularidade com a Seguridade Social e o cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição (trabalho de menores) (art. 4º-F).

Em relação ao constante na letra “e” supra, é importante destacar que a restrição de mercado a que alude o art. 4º-F da Lei de Combate ao Coronavírus configura-se não apenas nos casos de restrição de fornecedores do objeto no mercado, mas também nas situações em que a Administração tem dificuldades em encontrar no mercado empresas em condições de preencher os requisitos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Da análise das regras acima citadas, verifica-se que a Lei nº 13.979, de 2020, não excetuou a aplicação do art. 26 do procedimento de contratação por dispensa de licitação para o enfrentamento da emergência em decorrência do coronavírus.

Assim, também devem ser observadas as disposições do art. 26 da Lei Geral de Licitações, que assim preconiza:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço; IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com isso, o procedimento de contratação por dispensa de licitação para o combate ao coronavírus deve ainda respeitar as seguintes etapas: a) ratificação do reconhecimento da dispensa pela autoridade superior, observados os requisitos materiais apontados no tópico anterior deste parecer; b) publicação do ato de dispensa no órgão de imprensa oficial; c) razão da escolha do fornecedor; e d) a justificativa do preço contratado.

Quanto aos demais requisitos previstos no art. 26 acima transcrito, entendemos que ou foram afastados pela Lei nº 13.979, de 2020, ou não se aplicam à hipótese de contratação ora analisada.

Quanto à publicação do ato de reconhecimento da dispensa, ressaltamos que a Lei nº 13.979, de 2020, impõe uma superpublicização da dispensa de licitação para combate ao coronavírus, pois, além da publicidade do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, é exigida a disponibilização dessa espécie de contratação no sítio oficial do órgão contratante, devendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

constar aí os elementos exigidos pelo § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e mais: a) o nome do contratado; b) o número de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ); c) o prazo contratual; d) o valor do contrato; e e) o processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979, de 2020).

Em relação à justificativa do preço, ressaltamos que ela não se confunde com a estimativa de preço prevista, que, em regra, deve constar no projeto básico simplificado, conforme exigência do art. 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979, de 2020.

Tal estimativa tem significativa utilidade para os casos de licitação, mas nas situações de contratação direta, embora se trate de uma prática salutar, sua exigência pode ser mitigada, sobretudo numa situação de crise como a ora enfrentada.

Por isso, inclusive, que o § 2º do citado art. 4º-E dispensa a estimativa de preço em casos excepcionais. Já a justificativa de preço não é dispensada, pois ela se refere ao próprio preço definido concretamente no contrato.

Assim, a Administração deve, minimamente, justificar os preços contratados, inclusive com a indicação da excepcionalidade da situação, que fundamenta eventuais preços elevados.

Ainda sobre a justificativa do preço, importante mencionar que o § 3º do art. 4º-E da Lei nº 13.979, de 2020, desvincula o preço estimado do preço contratado, autorizando expressamente a Administração a contratar valores superiores ao estimado em decorrência das oscilações de mercado, tudo mediante justificativa nos autos.

Compulsando os autos encaminhados a esse órgão de assessoramento jurídico, verificamos que constam: a) Documento de Formalização da Demanda – DFD; b) Projeto Básico Simplificado – PBS; c) pesquisa de preço de mercado; d) despacho de motivação da situação de enfrentamento ao coronavírus; e) Declaração de Disponibilidade Orçamentária – DDO.

Quanto ao projeto básico simplificado, cabe avaliar se ele preenche os elementos determinados pelo § 1º do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

A Administração apresentou a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, o que atende a legislação de referência, pelo que o processo NÃO merece reparo quanto a esse ponto, conforme art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os documentos de habilitação exigidos pelo art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, foram juntados aos autos, razão pela qual o processo atende os requisitos da legislação.

Por fim, o processo deve seguir o seu curso, passando pela ratificação da autoridade superior e as consequentes publicações no órgão da imprensa oficial e no sítio eletrônico oficial da entidade contratante, observadas as exigências do art. 8º, § 3º, da LAI e do § 2º do art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise desse órgão de assessoramento jurídico, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, nos termos do Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993.

Esse é, s.m.j., o parecer que submeto à análise superior para deliberação.

Inajá-PR, 07 de julho de 2020.


Zeille Maria de Oliveira

OAB/PR 71.894

Procuradora Municipal



CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
RUA PICA-PAU, 1.211 - CENTRO
ARAPONGAS PR
Telefone: (43) 3275-3105
E-mail: classmed@uol.com.br

CNPJ: 01.328.535/0001-59

IE: 9031337590

ORCAMENTO

Nº: 144.743

Emissão: 20/07/2020

Vendedor: RUI

Total Pedido: 39.079,20

Dados do Cliente

Código: 6.514
Razão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA
Fantasia: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA
Endereço: RUA SANTO ANTONIO
Bairro: CENTRO
Compl:

CNPJ/CPF: 09.457.349/0001-21
Inscrição/RG: ISENT0
Telefone: 44 3440-1221
Nº: 0 **UF:** PR **CEP:** 87670000
Cidade: INAJA

Produtos

d	Produto	Local	Lote	Fab	Val	Marca	Un	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
3.373	MASCARA SEMIFACIAL PFF2 C/VALVULA					DELTA	UN	200	28.0000	5.600.0000
4.804	PROTETOR FACIAL INCOLOR ACRILICO					ARTOCH	UN	40	63.8400	2.553.6000
646	MACACAO EM TYVEC BRANCO C/CAPUZ P/M/G/GG					DUVEK	UN	40	75.2000	3.008.0000
575	TERMOMETRO INFLAVERMELHO (TIP PISTOLA) 50C A 420C	R5/P9				INCOTERM	UN	5	296.0000	1.480.0000
4.840	ALCOOL 70% 5000 ML C/ 2					ARAUCARIA	GL	40	80.0000	3.200.0000
4.821	ALCOOL 70% 0500 ML GEL					LINDEX	FR	200	24.0000	4.800.0000
747	OXIMETRO DE PULSO (DEDO) ADULTO TELA COLORIDA AG302L					MEDICLINI	UN	5	109.9200	549.6000
2.020	LUVA P/PROCEDIMENTO M C/ 100					NUGARD	CX	40	49.6000	1.984.0000
2.836	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0100 ML BOLSA	R7.P3.P4				J.P.	UN	1.000	2.9920	2.992.0000
777	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0250 ML BOLSA	R7/P11.12				J.P.	UN	1.000	3.2800	3.280.0000
1.861	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0500 ML BOLSA	R7 P3 C				J.P.	UN	1.000	4.0000	4.000.0000
2.947	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML BOLSA	R7.P7.P8.F				J.P.	UN	1.000	5.6320	5.632.0000

Frete:

Desconto: 0,00

Total Pedido: 39.079,20

Condição de Pagamento: 10 DD

V-1:28/06/20 R\$: 39.079,20

Assinatura

Obs:

Orçamento valido por 10 dez dias.

Arapongas, 20 de julho de 2020.

01328535/0001-59

CLASSMED - PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA. - M.E.

Rua Pica Pau Nº. 1.211
CEP: 86701-040

ARAPONGAS - PR.

MUNICÍPIO DE INAJA
FLS. 099 / VIS



MAX MED PRODUTOS CIRURGICOS LTDA.

HVS CIRURGICA

AV. PARIGOT DE SOUZA, 491

MARINGÁ - PR - FONE: (44) 3262-1182

CNPJ.: 06.114.172/0001-72 - I.E: 90.306.019-01

E-MAIL: HVSCIRURGICA@TERACOM.COM.BR

À PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ - PR

ORÇAMENTO DE PREÇOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MASCARA SEMIFACIAL PFF2 C/VALVULA	CX	200	29,4000	R\$ 5.880,00
2	PROTETOR FACIAL INCOLOR ACRILICO	CX	40	67,0300	R\$ 2.681,20
3	MACACAO EM TYVEC BRANCO C/CAPUZ P/M/G/GG	FR	40	78,9600	R\$ 3.158,40
4	TERMOMETRO INFLAVERMELHO (TIP PISTOLA) -50C A 420C	CX	5	310,8000	R\$ 1.554,00
5	ALCOOL 70% 5000 ML C/ 2	CX	40	84,0000	R\$ 3.360,00
6	ALCOOL 70% 0500 ML GEL	CX	200	25,2000	R\$ 5.040,00
7	OXIMETRO DE PULSO (DEDO) ADULTO TELA COLORIDA AS302L	CX	5	115,4500	R\$ 577,25
8	LUVA P/PROCEDIMENTO M C/ 100	CX	40	52,0800	R\$ 2.083,20
9	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0100 ML BOLSA	CX	1.000	3,1400	R\$ 3.140,00
10	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0250 ML BOLSA	TB	1.000	3,4400	R\$ 3.440,00
11	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 0500 ML BOLSA	CX	1.000	4,2000	R\$ 4.200,00
12	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML BOLSA	UN	1.000	5,9100	R\$ 5.910,00
VALOR TOTAL: QUARENTA E UM MIL, VINTE QUATRO REAIS E CINCO CENTAVOS.					R\$ 41.024,05

Maringá, 20 de julho de 2020.

ORÇAMENTO VALIDO POR 30 TRINTA DIAS.

Max Med Produtos Cirúrgicos Ltda.

06.114.172/0001-72

I. E. 90306019-01

Max Med Produtos Cirúrgicos Ltda

AV PARIGOT DE SOUZA, Nº 491
CEP 87013-300
MARINGÁ - PARANÁ

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 100 / VISTO



Londrina, 20 de julho de 2020.

A

Prefeitura Municipal de Inaja -PR

Prezado cliente,

A/C – Departamento de Compras

A R.A Martins distribuidora é uma empresa atuante, no campo médico e hospitalar.

Temos por objetivo valorizar os nossos clientes, atendendo as suas necessidades e atingindo suas expectativas.

Para quaisquer dúvidas, estaremos à disposição.

Segue conforme solicitado orçamento abaixo :

Item	Descrição	Und.	Qtde.	valor unit.	valor total
1	Mascara semifacial pff2 c/válvula	Cx	200	30,8700	R\$ 6.174,00
2	Protetor facial incolor acrílico	Cx	40	70,3900	R\$ 2.815,60
3	Macacão em tyvec branco c/capuz p/m/g/gg	Fr	40	82,9100	R\$ 3.316,40
4	Termômetro inflavermelho (tip pistola) -50c a 420c	Cx	5	326,0000	R\$ 1630,00
5	Álcool 70% 5000 ml c/ 2	Cx	40	88,0000	R\$ 3.520,00
6	Álcool 70% 0500 ml gel	Cx	200	27,0000	R\$ 5.400,00
7	Oxímetro de pulso (dedo) adulto tela colorida as302l	Cx	5	125,0000	R\$ 625,00
8	Luva p/procedimento m c/ 100	Cx	40	55,0000	R\$ 2.200,00
9	Soro fisiológico 0,9% 0100 ml bolsa	Cx	1.000	3,6000	R\$ 3.600,00
10	Soro fisiológico 0,9% 0250 ml bolsa	Tb	1.000	5,0000	R\$ 5.000,00
11	Soro fisiológico 0,9% 0500 ml bolsa	Cx	1.000	5,5000	R\$ 5.500,00
12	Soro fisiológico 0,9% 1000 ml bolsa	Un	1.000	6,3000	R\$ 6.300,00
Valor total: Quarenta e Seis mil, oitenta e um reais.					R\$ 46.081,00

Validade do Orçamento : 30 dias

Prazo para pagamento do orçamento : a vista

Prazo de entrega : até 15 dias uteis (temos pronta entrega, por favor verificar disponibilidade em estoque)

Frete : CIF

R.A. MARTINS DISTRIBUIDORA ME
Cnpj nº 26.984.213/0001-99

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.328.535/0001-59

Razão Social: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Endereço: R PICA-PAU 1211 / CENTRO / ARAPONGAS / PR / 86701-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/07/2020 a 17/08/2020

Certificação Número: 2020071910194451349988

Informação obtida em 20/07/2020 15:49:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 106 / VISTO